



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE PERNAMBUCO – CREA-PE  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA – CEEE

**Reunião** : Extraordinária N°: 020/2020  
**Decisão** : 271/2020 – CEEE/PE  
**Item da Pauta** : 3.2.  
**Referência** : Protocolo nº 200130156/2020  
**Interessado** : Marcelo de Alencar Silva

**EMENTA:** Indefere revisão das atribuições do profissional do Engenheiro Civil Marcelo de Alencar Silva, para a extensão de suas atribuições para se responsabilizar projeto e execução de Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, fundamentada através do mandato de segurança, 2002.34.00.006739-4, impetrado pela ABENC, contra a Decisão Normativa nº 70/2001, do Confea, onde o TRF confirmou, em última instância, por unanimidade, do qual não cabe recurso, que o Engenheiro Civil tem atribuição para projetar e executar sistema de proteção contra descargas atmosféricas, com anulação da Decisão Normativa nº 70/2001, do Confea, e dá outras providências.

**DECISÃO:**

A Câmara Especializada Engenharia Elétrica – CEEE do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco – Crea-PE, reunida em sua Sessão Extraordinária nº. 020, realizada no dia 24 de novembro de 2020, por videoconferência, e apreciando a solicitação do Engenheiro Civil Marcelo de Alencar Silva, protocolada neste Regional sob o nº 200130156/2020, sob relatoria do Conselheiro Roberto Luiz de Carvalho Freire, o qual requer a extensão de suas atribuições para se responsabilizar projeto e execução de Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, fundamentada através do mandato de segurança, 2002.34.00.006739-4, impetrado pela ABENC, contra a Decisão Normativa nº 70/2001, do Confea, onde o TRF confirmou, em última instância, por unanimidade, do qual não cabe recurso, que o Engenheiro Civil tem atribuição para projetar e executar sistema de proteção contra descargas atmosféricas, com anulação da Decisão Normativa nº 70/2001, do Confea; considerando que o profissional é diplomado no curso de Engenharia Civil, pela Universidade Federal do Ceará, e possui atribuições regidas pelo artigo 7º da Resolução nº 218/73, do Confea; considerando que o profissional fundamenta a solicitação no mandato de segurança, 2002.34.00.006739-4, impetrado pela ABENC, contra a Decisão Normativa nº 70/2001 do Confea, e diz que o TRF confirmou, em última instância, por unanimidade, do qual não cabe recurso, que o Engenheiro Civil tem atribuição para projetar e executar sistema de proteção contra descargas atmosféricas, com a anulação da DN nº 70/2001, do Confea, mas esqueceu de dizer que a decisão do TRF não tem efeito vinculante e nem força de lei; considerando que existe a Resolução nº 1.073/2016, do Confea, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia; considerando que a Resolução nº 1.073/2016, do Confea, prevê a extensão das atribuições iniciais por meio de realização de cursos regulares ou suplementação curricular; considerando que na Decisão Plenária nº PL-1322/2018, do Confea, que aprovou o relatório final do Grupo de Trabalho, constituído para discutir, estabelecer e pacificar competências comuns,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE PERNAMBUCO – CREA-PE  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA – CEEE

especificamente para os Engenheiros Eletricistas e Engenheiros Civis, o Confea não considerou que a atividade relativa a SPDA é uma atribuição inerente ao engenheiro civil, uma vez que se reporta à Resolução nº 1.073/2016, daquele Federal, que trata da análise de atribuição inicial e de extensões de atribuições; considerando também, que o Plenário do Confea, com a Resolução nº 1.073/2016, afastou a publicação de atos administrativos da espécie decisão normativa sobre o referido tema; considerando que a CEEC-PE aprovou uma Decisão onde orienta a Divisão de Acervo Técnico do Crea-PE, quanto a habilitação de engenheiro civil se responsabilizar por atividades de SPDA; considerando que após essa Decisão da CEEC-PE um processo foi encaminhado ao Plenário do Regional que decidiu pelo indeferimento da revisão de atribuição de um engenheiro civil para se responsabilizar por projetos e instalações de Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA; e, considerando por fim, o Relatório e Voto do Conselheiro Relator supracitado, que opinou por indeferir a solicitação do profissional, orientando-o a realizar um curso regular de Engenharia Elétrica, bem como orientar a Divisão de Acervo Técnico – DATE do Crea-PE, para que desconheça a decisão da CEEC-PE, uma vez que a própria Resolução nº 1.073/2016, do Confea, já afastou a possibilidade de publicação de atos dessa espécie sobre o assunto, **DECIDIU, por unanimidade: 1- indeferir a revisão das atribuições do profissional supracitado, orientando-o a realizar um curso regular de Engenharia Elétrica; e 2- orientar a Divisão de Acervo Técnico – DATE do Crea-PE, para que desconheça a decisão da CEEC-PE, uma vez que a própria Resolução nº 1.073/2016, do Confea, já afastou a possibilidade de publicação de atos dessa espécie sobre o assunto.** Coordenou a sessão o Engenheiro Eletricista Milton da Costa Pinto Júnior – **Coordenador Adjunto. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros:** Ádir Átila Matos de Sousa, André Carlos Bandeira Lopes, Carlos Roberto Aguiar de Brito, Jarbas Morant Vieira e Roberto Luiz de Carvalho Freire.

Cientifique-se e cumpra-se.

Recife, 24 de novembro de 2020

**Eng.º Eletricista Milton da Costa Pinto Junior**  
**Coordenador Adjunto da CEEE do Crea-PE**